

As Catadoras de Mangaba: Problemas e Reivindicações



ISSN 1517-2201
Dezembro, 2007

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 310

As Catadoras de Mangaba: Problemas e Reivindicações

*Dalva Maria da Mota
Heribert Schmitz
Josué Francisco da Silva Júnior
Nádia Batista de Jesus
Emanuel Oliveira Pereira
Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues
Jane Velma dos Santos
Fernando Fleury Curado*

Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2007

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n.
Caixa Postal 48. CEP 66095-100 - Belém, PA.
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845
www.cpatu.embrapa.br
sac@cpatu.embrapa.br

Comitê Local de Editoração

Presidente: *Gladys Ferreira de Sousa*
Secretário-Executivo: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*
Membros: *Ana Carolina Martins de Queiroz, Luciane Chedid Melo Borges, Paulo Campos Christo Fernandes, Vanessa Fuzinato Dall'Agnol, Walkymário de Paulo Lemos*

Supervisão editorial: *Adelina Belém*

Supervisão Editorial: *Adelina Belém*
Revisão gráfica: *Guilherme Leopoldo da Costa Fernandes*
Revisão de texto: *Luciane Chedid Melo Borges*
Normalização Bibliográfica: *Adelina Belém*
Editoração eletrônica: *Orlando Cerdeira Bordallo Neto*
Foto da capa: *Arquivo Embrapa Amazônia Oriental*

1ª edição

Versão eletrônica (2007)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental**

Mota, Dalva Maria da

As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações / por Dalva Maria da Mota ...[et al.]. __. Belém,PA: embrapa Amazônia Oriental, 2007.

74p. : il.; 21cm. – (Documentos/Embrapa Amazônia Oriental, Documentos, ISSN 1517-2201, 310).

1. População extrativista. 2. População tradicional. 3. Inserção social. 5. Valorização catadoras. 6. Mangaba. I. Schmitz, Heribert. II. Silva Júnior, Josué Francisco da. III. Jesus, Nádia Batista de. IV. Pereira, Emanuel Oliveira. V. Rodrigues, Raquel Fernandes de Araújo. VI. Santos, Jane Velma dos. VII. Curado, Fernando Fleury. VIII. Título. IX. Série.

CDD : 305.5633

© Embrapa 2007

Autores

Dalva Maria da Mota

Pedagoga, Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA.
dalva@cpatu.embrapa.br

Heribert Schmitz

Doutor em Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
heri@amazon.com.br

Josué Francisco da Silva Júnior

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Ciências Agrárias, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.
josue@cpatc.embrapa.br

Nádia Batista de Jesus

Mestranda do Núcleo de Estudos do Semi-Árido, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.
njesus331@yahoo.com.br

Emanuel Oliveira Pereira

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agroecossistemas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Aracaju, SE.

emanuel@aju.incra.gov.br

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Bacharel em Comunicação Social, Mestre em Agroecossistemas, Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

raquel@cpatc.embrapa.br

Jane Velma dos Santos

Bióloga, Mestre em Agroecossistemas, Administração Estadual do Meio Ambiente, Aracaju, SE.

Fernando Fleury Curado

Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Sustentável, Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

fcurado@cpatc.embrapa.br

"Quem tem medo, sofre mais"

Maria Alaídes Alves de Souza

Apresentação

Nos últimos anos, o reconhecimento da heterogeneidade dos segmentos sociais existentes no espaço rural impuseram novos e complexos desafios a todos aqueles que atuam com os produtores de base familiar, dentre os quais, as populações extrativistas de mangaba, tema central da publicação ora apresentada.

O documento *As catadoras da mangaba: problemas e reivindicações* registra, pela primeira vez na história do Brasil, uma experiência de pesquisa participativa com um segmento até poucos anos atrás invisibilizado. O seu conteúdo traz a reflexão coletiva de catadoras de mangaba, além de sínteses de pesquisas realizadas sobre as mesmas e debates sobre as políticas públicas que as afetam. Destaca, ainda, o papel dessas populações na construção de saberes e práticas na gestão das áreas remanescentes de mangabeiras, como também as pressões externas que têm ameaçado a desestruturação dos seus modos de vida.

Por tudo isso, experiências dessa natureza constituem um exemplo inequívoco do comprometimento da Embrapa com a problemática da inserção social no atual contexto de valorização e reconhecimento do papel das populações tradicionais no Brasil.

Este documento destina-se aos diversos segmentos envolvidos com as populações tradicionais, quais sejam, as próprias catadoras e suas lideranças, extensionistas, pesquisadores, estudantes, técnicos, gestores públicos e privados, dentre outros. Além disso, traduz o desafio de se trabalhar com novas metodologias em cooperação interinstitucional para execução de políticas públicas.

Jorge Alberto Gazel Yared

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Antecedentes

O presente documento reúne o registro de todas as atividades do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, realizado no período de 6 a 7 de novembro de 2007, na sede da Embrapa Tabuleiros Costeiros, em Aracaju.

O objetivo geral do Encontro foi discutir os atuais problemas enfrentados pelas catadoras e delinear ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade e, conseqüentemente, da pluralidade cultural.

A metodologia do Encontro privilegiou discussões exclusivamente entre as catadoras de mangaba sobre o seu cotidiano, possibilitando voz e visibilidade a um grupo social desconhecido até pouco tempo atrás na literatura e no imaginário dos ávidos consumidores de frutas nativas. Ocorreu também a consolidação das reivindicações e a elaboração e aprovação da Carta Aberta das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Apenas no final do Encontro os representantes institucionais se pronunciaram tanto sobre às reivindicações das catadoras como sobre as ações de políticas públicas em execução ou previstas. Com esses propósitos, atores com diferentes perspectivas dialogaram sobre a mesma temática.

O Encontro se revelou como um acontecimento de fundamental importância tendo em vista que, pela primeira vez na história do Brasil, as catadoras de mangaba reuniram-se para trocar experiências e discutir os seus modos de vida como extrativistas, crescentemente ameaçados, não obstante à contribuição das mesmas à reprodução social das suas famílias e à conservação da biodiversidade nas regiões de ocorrência das mangabeiras.

Este documento é composto por nove partes, dentre as quais, relatos dos trabalhos de grupos, reivindicações das catadoras de mangaba, resultados de pesquisa, pronunciamento dos representantes das instituições e depoimentos de diferentes atores, além de anexos contendo a programação do evento, relação de participantes, fotos e lista dos membros da Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Espera-se que o I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe seja como a flor branca da mangabeira que aparece a cada estação para render muitos e muitos frutos!

*Comissão Organizadora do I Encontro das
Catadoras de Mangaba de Sergipe*

Sumário

As Catadoras de Mangaba: Problemas e Reivindicações	13
Introdução	13
Palestra de abertura: “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão – Maria Aláides Alves de Sousa (Assema)”	16
Mesa-redonda 1: “O que dizem as pessoas e os dados sobre o extrativismo da mangaba em Sergipe?”	17
Resultados de pesquisa	17
Resultados dos trabalhos de grupo das catadoras de mangaba	32
Identificação do subgrupo: Prata	32
Identificação do subgrupo: Verde.....	38
Identificação do subgrupo: Laranja	43
Identificação do subgrupo: Rosa.....	50

Mesa-redonda 2: “O que dizem as instituições sobre a problemática do extrativismo e das catadoras em Sergipe?”	53
Reivindicações das catadoras de mangaba	60
Síntese do encerramento e deliberações	60
Carta aberta das catadoras de mangaba de Sergipe	62
Depoimentos sobre o evento	63
Anexos	65
Anexo I – Programação do evento	65
Anexo II – Relação dos catadores e catadoras participantes do evento	67
Anexo III – Membros da comissão do movimento das catadoras de mangaba de Sergipe	70
Anexo IV – Fotos do evento.....	72
Anexo V – Comissão organizadora do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe.....	74

As Catadoras de Mangaba: Problemas e Reivindicações

Dalva Maria da Mota

Heribert Schmitz

Josué Francisco da Silva Júnior

Nádia Batista de Jesus

Emanuel Oliveira Pereira

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Jane Velma dos Santos

Fernando Fleury Curado

Introdução

A crescente valorização da mangaba, fruta nativa do litoral do Nordeste e cerrados do Brasil, no mercado regional contrasta com a avassaladora onda de privatização das áreas remanescentes de mangabeiras, quase extintas em alguns estados do País, mas ainda significativas em outros. Esse é o caso de Sergipe, onde 90 % de toda a fruta comercializada provêm das áreas nativas nas quais populações tradicionais praticam o extrativismo há séculos.

Em decorrência disso, as populações tradicionais locais responsáveis pela conservação das plantas *in situ* e portadoras de saberes e formas de manejo construídas secularmente na estreita relação com o recurso (plantas), encontram-se sob ameaça de perda de uma das suas principais fontes de renda em virtude da pressão exercida pelos proprietários das áreas naturais de mangabeiras que as utilizam, cada vez mais, para o cultivo de coqueiro, cana-de-açúcar e outras atividades agrícolas, construção de infra-estruturas turísticas, loteamentos e viveiros de camarão, atividades cuja implantação dependem do corte das mangabeiras.

Essas comunidades se reconhecem como populações tradicionais e se auto-denominam “catadoras de mangaba”, o que originou o registro na literatura nacional por Mota e Silva Júnior (2003)¹. Essas catadoras de mangaba subsistem graças aos recursos fornecidos pela restinga e tabuleiros (mangaba e outras frutas nativas e naturalizadas), pelo manguezal (crustáceos e moluscos) e pelo mar (peixes).

Recentemente, a situação tem se agravado em virtude das iniciativas que estimulam o cultivo das mangabeiras por proprietários das terras onde tradicionalmente as catadoras catam os frutos nas plantas nativas. Em 2007, registrou-se a ocorrência do corte de todas as plantas nativas de uma área aberta para plantio de novas mangabeiras, desta feita cercadas e com uso exclusivo do proprietário. Em paralelo a esse tipo de iniciativa, instituições públicas do governo estadual têm discutido alternativas para a cadeia produtiva da mangaba, mas com pouco envolvimento das catadoras de mangaba.

A Embrapa, por meio de duas das suas Unidades — Embrapa Tabuleiros Costeiros e Embrapa Amazônia Oriental —, em parceria com a Universidade Federal do Pará, vem executando três grandes projetos, financiados com recursos próprios e do CNPq, que visam ao mapeamento e conservação dos recursos genéticos da mangabeira, bem como ao estudo das populações tradicionais de catadoras e seu papel na conservação desses recursos.

Em que pesem as diferentes iniciativas, as áreas naturais estão sendo dizimadas e as catadoras de mangaba se vêem diariamente sob a ameaça de perder a fonte que assegura 60 % dos seus rendimentos anuais. Com isso, está em perigo de extinção um modo de vida e a biodiversidade existente na restinga e nos tabuleiros costeiros, conservada até os dias atuais graças às práticas dessas catadoras. Agrava a situação

¹ MOTA, D. M, SILVA JUNIOR, J. F. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência de mangabeira. **Raízes**, v. 22, n.2, p. 225-233, 2003.

o fato de que as catadoras não têm sido escutadas e, portanto, não têm chamado a atenção da sociedade para a sua importância e para as crescentes ameaças que as cercam. Nas palavras de uma catadora do Povoado Pontal, em Indiaroba, SE: “Nós nunca fomos ouvidas, nós queremos ser ouvidas”.

Diante disso, foi realizado o I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, quando, pela primeira vez na história desse grupo tradicional, foram discutidos os seus problemas e delineadas ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida e saberes e, conseqüentemente, da conservação das mangabeiras e da biodiversidade.

A metodologia do evento constou de diferentes dinâmicas que privilegiaram o intercâmbio de experiências das catadoras de mangaba que habitam em diferentes partes do litoral sergipano. Trabalhos em pequenos grupos objetivaram debater a situação presente e elencar iniciativas para ações futuras.

Em plenária, debates foram realizados, particularmente, no que diz respeito à seleção dos componentes da comissão responsável pelo encaminhamento das ações de mobilização para defesa do acesso das catadoras aos remanescentes de mangabeira.

As principais demandas das catadoras estão aqui registradas, assim como algumas das principais contribuições feitas ao debate por outros participantes.

Palestra de abertura: “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão – Maria Alaídes Alves de Sousa (Assema)

A palestrante Maria Alaídes Alves de Sousa é uma das líderes da Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema), vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e representante das quebradeiras de coco babaçu no Município de Lagoa do Junco, MA. Foi envolvida na questão das leis ambientais que possibilitaram a criação dos “babaçuais livres”. Além disso, é membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Os principais pontos apresentados foram:

- As quebradeiras começaram a se organizar ainda na ditadura militar, na forma de Clube das Mães. No entanto, perguntaram-se: “É só para refletir e fazer crochê e calcinhas?” Na época, ficaram sem saber para onde ir. Isso mudou apenas com a prática da ação, quando iniciaram mutirão, enfrentando empregados dos proprietários das áreas de ocorrência de coco-babaçu, que denunciaram o “roubo de coco-babaçu”, e vaqueiros chamando a delegacia. Isso, enquanto os proprietários, muitas vezes, derrubavam as palmeiras.
- No início, preocuparam-se somente com o babaçu, esqueceram-se da saúde e de outras necessidades. Em 1989, a Assema foi criada. Na década de 1990, criaram uma associação local, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lagoa do Junco e de Lagoa dos Rodrigues (AMTR). Na época, tinham de catar 20 kg de coco-babaçu para comprar 1 kg de arroz. Assim, surgiu a idéia de um projeto de comercialização para acabar com os atravessadores. Depois de três anos de discussão, chegaram a uma proposta coletiva de formação de uma cooperativa que vende itens como fumo, querosene, sabão e que ajudou a “moralizar” os atravessadores.

- Hoje, a conquista da “Lei do Babaçu Livre”, aprovada em 13 municípios, garante a livre entrada das famílias em áreas para a coleta dos frutos, mesmo em propriedade privada, e a proibição da derrubada das palmeiras. Nada pode ser plantado nessas áreas que prejudique a palmeira e não é permitido o uso de agrotóxicos perto das palmeiras jovens. Por meio da luta, perderam o medo do embate, de se expressar perante a justiça, o fazendeiro e até os partidos, do confronto com os companheiros. Em vez de vergonha, prevalece agora a coragem de lutas. “Quem tem medo, sofre mais.” Insistiram ainda na participação das mulheres na direção dos empreendimentos, como na escola, na cooperativa e na fábrica de sabonete.

Mesa-redonda 1: “O que dizem as pessoas e os dados sobre o extrativismo da mangaba em Sergipe?”

Resultados de pesquisa

Conservação in situ dos recursos genéticos da mangabeira

Palestrante: Pesquisador Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros)

A palestra tratou dos resultados obtidos durante quatro anos nos projetos “Recursos genéticos de fruteiras nativas dos tabuleiros costeiros e baixada litorânea” (Embrapa), “Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano” e “Capacitação solidária para a conservação dos remanescentes de mangabeiras pelas populações tradicionais no Estado de Sergipe” (ambos financiados pelo CNPq). Foram apresentados e discutidos temas como a importância da mangabeira e da mangaba no Estado de Sergipe, sendo mostrados os diferentes tipos da espécie que

existem no Brasil e como eles se distribuem em todo o território. Foram apresentados os municípios produtores em Sergipe e as áreas naturais que foram prospectadas ao longo do período de vigência dos projetos.

A mangabeira é importante para a manutenção da sustentabilidade do ecossistema de restinga e a sua conservação está estreitamente relacionada às comunidades tradicionais de catadores que utilizam seu fruto, na época de safra, como fonte de renda.

As comunidades tradicionais responsáveis pela conservação dos remanescentes de mangabeira no litoral nordestino são caracterizadas como tipicamente extrativistas, tendo como atividades primordiais a pesca, a cata da mangaba e de outras frutas nativas e naturalizadas (cambuí, murici, caju, araçá, manga), moluscos (sururu, ostra, maçunim, unha-de-velho e outros mariscos) e crustáceos (siri, caranguejo, aratu, guaiamum, camarão) e o artesanato de palha das palmeiras licuri e piaçava, sendo esta atividade mais relacionada às populações do Litoral Norte da Bahia, Litoral Norte de Sergipe e Litoral Sul de Alagoas. A pesca no mar e a colheita (“tirada”) de coco são atividades estritamente masculinas, ao passo que o extrativismo da mangaba e o artesanato caracterizam-se como atividades femininas, embora alguns homens também participem. Na exploração do manguezal, participam pessoas de ambos os sexos. Em algumas regiões, membros dessas comunidades foram remanejados para atividades relacionadas ao turismo, mais intensamente explorado em Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Nesta pesquisa, constatou-se que, no litoral oriental do Nordeste, existem remanescentes em diferentes estados de conservação e vulnerabilidade dos recursos genéticos em sua relação com as populações tradicionais, quais sejam: 1) Áreas de boa conservação – em que há alta densidade de plantas no mesmo espaço ou em convivência com outras espécies em certo equilíbrio ecológico. A população conhece todas as

fases e faces do processo extrativista, além da pós-colheita e comercialização. 2) Áreas de conservação regular – A mangabeira também é conservada em conjunto com outras fruteiras. Apesar de a população investir na sua conservação, ela tem a mesma importância no sistema que outras fruteiras como cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), mangueira (*Mangifera indica* L.) e coqueiro (*Cocos nucifera* L.). Não existe mais a gestão comum e todas as propriedades possuem mangabeiras; além disso, a população local tem acesso às fazendas que conservam as plantas nas entrelinhas do coqueiral. 3) Áreas de pouca conservação – Caracterizadas pela ocorrência esporádica da mangabeira em estabelecimentos de cidadãos. A população local somente tem acesso às plantas mediante a compra da produção e, conseqüentemente, não domina mais todas as fases do processo. 4) Áreas devastadas – Caracterizadas pela raríssima ocorrência de plantas, onde outrora havia grandes concentrações. A população local já não tem acesso às mesmas e, conseqüentemente, vem perdendo os saberes associados ao seu manejo.

Os recursos genéticos das populações de plantas são conservados graças às comunidades tradicionais, posseiros, assentados e fazendeiros que exploram a mangabeira de forma extrativista e utilizam o fruto como fonte de renda. Muitas populações de mangabeira sobrevivem num “consórcio natural” com plantas cultivadas, como o coqueiro (remanescentes de Capuã e Caueira), coqueiro e pastagens (Fazenda Nossa Senhora de Lourdes/Caibros e Ilha Mem de Sá), e coqueiro e cultivos de subsistência (Angeлим 1, Angeлим 2, Terra Dura, Assentamento Dorcelina Folador e Ilha Mem de Sá). As mangabeiras associadas à vegetação natural dos fragmentos de restinga estão presentes nas populações Iuí/Taissoca de Dentro, Caju, Caueira, Pontal/Fazenda São José 1, Pontal/Fazenda São José 2, Pontal/Rua das Mangabeiras e Pontal/Sítio Mangabeiras.

Em seguida, foram explicitadas as causas da diminuição das populações naturais no litoral nordestino, ressaltando como mais relevantes

para essa redução a especulação imobiliária (as mangabeiras ocorrem em áreas de grande beleza cênica), os cultivos de cana-de-açúcar e coqueiro, a expansão das cidades, a retirada de areia para construção e os viveiros de camarão.

O papel das populações tradicionais na conservação dos recursos genéticos da mangabeira se revela no tratamento cuidadoso às plantas. Muitas comunidades tentam reproduzir as plantas por meio da produção de mudas, não quebram galhos, não retiram frutos verdes, visitam mais freqüentemente as que produzem melhores frutos, realizam o coroamento das árvores para evitar competição, não retiram látex exageradamente e não cortam as plantas. Essas atividades foram provenientes de observações cotidianas ao longo de muitos anos e passadas através de gerações.

Estratégias de reprodução social e tipologia das catadoras de mangaba

Palestrante: Pesquisadora Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)

A palestra tratou da caracterização das catadoras de mangaba, destacando: a identificação (sexo, escolaridade, idade), a tipologia segundo as atividades que realizam e as diferentes estratégias utilizadas para sobreviver. Os dados apresentados foram levantados com 193 pessoas que lidam com a fruta (catadores, comerciantes, pescadores, etc.), dos quais 119 se reconhecem como catadores de mangaba.

Como já indicado na literatura, as populações extrativistas, dentre as quais as catadoras de mangaba, se alternam em diferentes atividades no decorrer do ano, segundo a composição familiar, a época e a oferta de recursos naturais. Recentemente, no entanto, as estratégias usualmente desenvolvidas, começam a ser reconfiguradas em decorrência

das ameaças que rondam aqueles que dependem do extrativismo em áreas costeiras. Turismo, viveiros de camarão, agricultura e especulação imobiliária, pelo fato de dependerem do corte das plantas, são as principais atividades que têm ameaçado os modos de vida das catadoras de mangaba que ali residem há séculos.

Em se tratando dos catadores de mangaba em Sergipe, estima-se que totalizam 2.500 pessoas, que contam com a ajuda de pelo menos duas pessoas (jovem, criança) do mesmo domicílio. Assim, 7.500 pessoas dependem diretamente da atividade, compondo cerca de 60 % de toda a renda familiar.

Das pessoas entrevistadas, 76 % são mulheres e 24 % são homens. A predominância das mulheres é atribuída ao caráter sazonal da coleta das frutas e à leveza do trabalho num universo em que trabalho considerado pesado é atribuído aos homens.

Quanto à idade, 6 % dos entrevistados têm até 20 anos; 19 %, de 21 a 30 anos; 28 %, de 31 a 40 anos; 48 % têm mais de 40 anos e 1% não informou. Apesar de os dados apontarem para uma participação exclusiva de adultos na atividade, isso não corresponde à realidade, pois, na prática, as mães levam as crianças freqüentemente para as áreas remanescentes de mangabeiras. A questão é que as entrevistas foram realizadas com jovens e adultos e apenas ocasionalmente com crianças.

O nível de escolaridade é baixo, 35 % apenas assinam, 45 % estudaram as primeiras séries do 1º grau e apenas 4 % concluíram o 2º grau. Interessante observar que quanto mais velho, menor o nível de escolaridade. Isso mostra a dificuldade de acesso à escolarização vivenciado por populações que ficaram à margem das políticas de melhoria de qualidade de vida no espaço rural e só recentemente começam a ser priorizadas.

Mesmo que as catadoras tenham muitas semelhanças, acumulem amplo conhecimento sobre os recursos naturais ocorrentes em seus territórios e partilhem um modo de vida intimamente relacionado aos ciclos naturais, nas suas relações com o extrativismo, elas se diferenciam tanto pelas formas de acesso aos recursos como pela composição das diferentes atividades que desenvolvem, dentre outros aspectos. Seis diferentes tipos se evidenciam:

1. Catadora e dona de casa.
2. Catadora, dona de casa e agricultora.
3. Catadora, dona de casa e marisqueira.
4. Catadora, dona de casa e artesã.
5. Catadora, dona de casa e comerciante.
6. Catadora, dona de casa, marisqueira, artesã, etc.

A tipologia mostra que, invariavelmente, o cuidado com a casa e os filhos está sob a responsabilidade das mulheres, mesmo que em determinadas épocas do ano elas se desloquem longas distâncias para “mariscar” ou “catar mangaba”. Nesses casos, as crianças muito pequenas são deixadas sob a responsabilidade de algum parente ou vizinho. As maiores acompanham a mãe e, desde cedo, aprendem pela oralidade e demonstração o que podem ou não fazer.

A divisão social do trabalho é clara entre sexo e idade. Mesmo os homens que afirmam “catar” mangaba reconhecem que é uma atividade esporádica que só acontece quando não tem uma outra mais remunerativa.

Independentemente do tipo, quase todas as entrevistadas têm problemas quanto ao acesso aos recursos naturais crescentemente privatizados, o que tem implicado em tensões frequentes entre as catadoras e os ditos proprietários de terras.

Três tipos de catadoras têm situações bem particulares: o tipo 1, que pratica a agricultura (normalmente, tem acesso a uma pequena parcela de terra por meio de herança, assentamento de reforma agrária ou cessão de terceiros); o tipo 5, que é comerciante e faz a intermediação da venda para outras catadoras, e o tipo 6, que mescla inúmeras atividades. As atividades se complementam e, com isso, não recorrem com tanta frequência ao manguê. Os demais tipos são completamente dependentes da oferta de recursos naturais e, por isso, mais vulneráveis aos imprevistos.

Com toda essa diversificação de modos de vida e sua importância para a conservação da biodiversidade, as catadoras têm pouca visibilidade em decorrência de:

- Coletarem um fruto valorizado economicamente, mas com circulação restrita ao mercado local.
- Não estarem organizadas e não se fazerem representar nas ações que lhes dizem respeito.
- Desenvolverem uma atividade que parecia fadada ao desaparecimento até poucos anos atrás.
- Pertencerem a um grupo estigmatizado como preguiçoso e, por isso mesmo, pouco afeto ao trabalho regular.

Por tudo isso, muitas pessoas que gostam e consomem a mangaba regularmente nem sabem que as catadoras existem e muito menos que elas necessitam de atenção especial por terem sido excluídas por tanto tempo dos direitos básicos. Só agora elas estão sendo reconhecidas pelo Governo Federal e por segmentos da sociedade civil como um grupo fundamental para a conservação da biodiversidade e de modos diferenciados de vida numa sociedade que tende à homogeneização.

Acessos, regras e conflitos no uso das mangabeiras

Palestrante: Professor Heribert Schmitz (Universidade Federal do Pará)

As catadoras

São predominantemente mulheres que, muitas vezes, não têm terra. Elas desenvolveram saberes e práticas essenciais à conservação dos recursos genéticos da mangabeira, a exemplo da propagação das plantas, do manejo e das práticas de colheita e pós-colheita. Por isso, são consideradas essenciais na conservação da biodiversidade.

A biodiversidade é a existência de uma grande variedade de animais e plantas numa região. Ela não é só um produto da natureza, mas, em muitos casos, produto da ação humana.

O acesso às mangabeiras

“A terra pode ter dono, mais a mangaba é de ninguém!”. É isso que as catadoras defendem.

Mas se no passado o acesso às mangabeiras era livre, hoje o acesso, muitas vezes, é proibido. O extrativismo da mangaba se dá a partir de duas formas:

- Uso de áreas de livre acesso.
- Uso de áreas de acesso restrito.

As áreas de livre acesso são “de ninguém”, como áreas privadas, devolutas² ou estatais, nas quais ninguém proíbe a entrada. Um exemplo é a terra da Dona Edite, em Pontal, que deixa as catadoras retirarem as mangabas, sem problema.

² Ausência de direitos de propriedade bem definidos.

As áreas de acesso restrito podem ser áreas privadas, nas quais se entra apenas com a permissão do proprietário ou da pessoa que toma conta (ca-seiro) ou escondido. Também se cata por meio da meia ou do arrendamento.

Pode-se tratar, também, de áreas coletivas (área indígena, quilombo, assentamento), como em exemplos encontrados na Paraíba onde o acesso é livre para os membros da comunidade, mas proibido para externos.

As regras

Muitos pesquisadores estudaram o comportamento de comunidades que conseguiram preservar os seus recursos por longos períodos. Reconheceram que pequenos grupos locais são capazes de elaborar e seguir as regras necessárias em relação ao uso de bens comuns. Isso é chamado de gestão coletiva de bens comuns.

Podemos observar essa preocupação com os recursos naturais, também, nas áreas de mangabeiras, onde as catadoras gerenciam os recursos naturais há décadas e preservam o meio ambiente.

Ao longo dos anos, estabeleceram-se alguns acordos quanto ao que é considerado aceitável ou não no extrativismo da mangaba. Essas regras estão na memória de cada um e do grupo.

As regras encontradas entre as catadoras são:

- Todos podem catar mangaba.
- Respeitar as cercas.
- Não quebrar galhos.
- Não catar frutas verdes.
- Não tirar leite da mangabeira.
- Não cortar mangabeiras.
- Não catar no mesmo pé quando já estiver alguém catando.

Como no caso de outras regras, existem também transgressões nas áreas das mangabeiras, a exemplo de colher escondido dos proprietários nas áreas cercadas.

Na verdade, a cerca é recente. Porém, quase todos os terrenos têm dono, mesmo que não estejam cercados. Só se o terreno estiver abandonado, o dono estiver ausente ou a pessoa que toma conta permitir, pode-se entrar livremente em terrenos com cerca.

Atualmente, não há uma ameaça das mangabeiras pelas próprias catadoras, pois as plantas não vem sendo prejudicadas pela retirada dos frutos. Mesmo que retirem todos os frutos, isso não prejudica as árvores ou diminui a quantidade de unidades da próxima safra.

Práticas como a quebra de galhos por causa de maior pressão para colher ou a retirada do leite não parecem ser ainda um perigo sério. Porém, a última prática deve ser mais estudada, tanto a sua frequência quanto as consequências para a planta, assim como o efeito medicinal do uso do leite.

As regras estabelecidas entre as catadoras parecem ser suficientes, porque não se observa uma tendência dessa forma do extrativismo de destruir a sua própria base. Não existem conflitos entre elas nas áreas de livre acesso.

Conflito ambiental e ameaça ao extrativismo

O maior perigo parte, atualmente, das pessoas de fora que ameaçam a permanência desse modo de uso coletivo das mangabeiras por meio do cultivo de coqueiro, construção de infra-estrutura turística e viveiros de camarão. A implantação dessas atividades depende do corte das mangabeiras.

O extrativismo da mangaba é muito vulnerável a influências vindas de fora, a exemplo da área da Dona Edite, com grande ocorrência de man-

gabeiras de uso comum. Essa área pode ser imediatamente fechada no momento em que a proprietária idosa, que permite o livre acesso, morrer.

Pode se concluir que há um conflito ambiental pelo acesso às mangabeiras entre proprietários e catadoras. Os proprietários cercam as áreas e as catadoras insistem em ter acesso às mesmas. As catadoras são excluídas, muitas vezes, da posse da terra e das políticas públicas que não os reconhecem como catadoras de mangaba.

O papel das mulheres na conservação dos remanescentes de mangabeira no Município de Barra dos Coqueiros, SE

Palestrante: Pesquisadora Jane Velma dos Santos (Adema)

Nos resultados provenientes da pesquisa desenvolvida no Município de Barra dos Coqueiros, foi registrado que a presença das mulheres no extrativismo da mangaba é uma particularidade na região. Desenvolvida apenas nos povoados que apresentam a atividade (Olhos D'água, Capoã e Jatobá), a pesquisa foi predominantemente qualitativa e a diversidade de instrumentos metodológicos utilizados possibilitou uma análise detalhada do comportamento das comunidades frente ao uso dos recursos extrativistas.

Dessa forma, foi possível observar e tipificar as formas de acesso dos grupos aos recursos extrativistas (acesso comum, área privada e sistema de meia) e verificar o quanto são determinantes nas estratégias de conservação das áreas remanescentes. De certa forma, deve-se considerar que o extrativismo da mangaba é uma significativa fonte de renda, cerca de 60 % do total, dentro do conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo familiar. Mas, apesar de ser uma expressiva fonte de renda, o extrativismo não é visto como uma atividade principal dentro do elenco de atividades desenvolvidas pela família. Essa situação pode

estar condicionada às responsáveis pela atividade, mulheres que predominam na atividade desde os primórdios da prática.

A explicação para a predominância das mulheres remonta a um passado em que a cata da mangaba não era tão intensamente vinculada ao mercado como era o coco, o maxixe, o quiabo e a melancia. Atividades essas que, embora fossem desenvolvidas pelas mulheres numa condição de ajuda, os homens — provedores da família — sempre dominaram a atividade e o espaço da comercialização por necessitar de regularidade nos ganhos. No caso particular do extrativismo da mangaba, essa prática acaba se constituindo num campo de domínio feminino. Não só pela baixa valorização econômica, mas pela luta das mulheres em manter as áreas remanescentes frente à forte expansão da monocultura do coco, que acabou por dizimar outras plantas nativas, a exemplo do murici e do cambuí.

A participação das mulheres no extrativismo da mangaba é registrada desde a cata até a comercialização, representando esta última um rompimento nos padrões tradicionais. O homem participa da atividade numa condição completamente diferente, como de ajudante da mulher nos momentos de maior produção de frutas. Essa inversão de atribuições representa no extrativismo da mangaba uma reconfiguração nas relações de gênero, além de possibilitar às mulheres uma maior participação na constituição do patrimônio e da renda familiar.

A atuação das mulheres na manutenção dos campos nativos de mangaba contribuiu para a conformação de uma paisagem cada vez mais diversificada, com a inserção de outras frutíferas como o cajueiro, mangueira e goiabeira. Os saberes construídos e repassados através de gerações possibilitaram formas particulares de manejo por meio da produção artesanal de mudas e do cuidado com as plantas, seja durante o seu desenvolvimento, ou no processo de cata da fruta.

Apesar de os remanescentes de mangabeiras não serem dizimados graças às estratégias de conservação desenvolvidas pelas mulheres durante décadas, os mesmos encontram-se hoje fortemente ameaçados por projetos de infra-estruturas turísticas e especulação imobiliária. Esses projetos não só ameaçam o ecossistema em questão, mas também estilos de vida e tradições de pessoas que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região.

A problemática da terra e o extrativismo da mangaba

Palestrante: Engenheiro Agrônomo Emanuel Pereira de Oliveira (Incra, SE)

Muitas comunidades rurais do litoral sergipano têm a sua sobrevivência garantida pelo extrativismo de produtos da natureza, coletados no manguezal e na maré, nas lagoas e nos brejos, na “caatinga” (mata de restinga) e na mata atlântica. A vida dessas pessoas depende da terra e do que ela oferece. A terra é espaço de trabalho, de vida e geração de renda. Cada comunidade tem um jeito próprio de ser, um modo de vida, um conhecimento, mas, muitas vezes, são invisíveis para o poder público.

A mangaba é uma fruta nativa cujo extrativismo garante o sustento de milhares de famílias. Se o acesso às mangabeiras em Sergipe, no passado, era livre, com a valorização do fruto no mercado regional e a privatização dos espaços de ocorrência das plantas, tem sido restrito, dificultando cada vez mais a prática do extrativismo.

Em todo o Nordeste, a expansão do turismo nas regiões litorâneas vem provocando o desaparecimento das mangabeiras e a privatização dos remanescentes. O processo se acentua com a construção de pontes, rodovias, hotéis, “resorts” e condomínios de luxo. As atividades econômicas como a cana-de-açúcar e a criação de camarões também roubam os espaços de prática do extrativismo. O que antes era aberto, agora, se fecha pela cerca das propriedades particulares e pelos muros de hotéis e condomínios

Assim, a garantia do acesso às mangabeiras passa, necessariamente, pela segurança no acesso à terra, uma vez que a quase totalidade das catadoras não tem a posse da terra assegurada.

Desse modo, o Estado deve garantir o acesso à terra e aos recursos naturais: mangaba, ouricuri, taboa, mariscos, pescados, etc. A reforma agrária e as políticas de meio ambiente devem ser acionadas para garantir o acesso à terra, às plantas e à continuidade de um modo de vida.

O modo de vida das pessoas, o seu jeito de ser e as suas estratégias de sobrevivência estão ameaçados pela perda dos espaços de trabalho.

Assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) têm um papel fundamental na resolução do problema da terra e para a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias que se dedicam ao extrativismo da mangaba e de outros produtos nativos.

Porém, a reforma agrária tem, em alguns casos, se tornado mais um risco para as populações tradicionais. Quando assentamentos são criados nas terras utilizadas, há muitas gerações por essas comunidades e nelas são beneficiárias pessoas de fora, de outras localidades. A terra das catadoras de mangaba deve ser para as pessoas que dela já vivem.

Conflitos socioambientais no extrativismo da mangaba no povoado Carro Quebrado, no Município de Japoatã, SE

Palestrante: Pesquisadora Nádia Batista de Jesus (UFS)

No Povoado Carro Quebrado, no Município de Japoatã, Estado de Sergipe, existe uma população que vive do extrativismo da mangaba. Pudemos perceber durante a nossa pesquisa de campo no território, segundo a percepção dos atores sociais, a existência de conflito que denomi-

namos como socioambiental de acordo com o que define Nascimento (2001)³, “como a busca do controle, posse, domínio e acesso a um bem ou recurso natural”. No caso da população desse povoado, tem-se um objeto em disputa, um recurso natural, ou seja, os pés de mangaba.

Durante a pesquisa, identificamos os atores sociais envolvidos no conflito socioambiental ali existente. São eles: as catadoras de mangaba do povoado, os proprietários de sítios com pés de mangaba, mulheres e homens do povoado Ladeiras e pessoas de outros municípios vizinhos que, durante o período de safra da mangaba, disputam o recurso.

O conflito identificado apresenta uma dinâmica que se caracteriza como de longa duração, haja vista que perdurará enquanto existir “pés de mangabas”, podendo ser insuficiente para atender aos interesses dos grupos em disputa. Neste caso, há necessidade de preservação dos pés de mangaba e, quando suficiente, no caso, de ter o domínio e controle por parte dos atores sociais do acesso ao território. Existem os mediadores do conflito socioambiental em Carro Quebrado, estes são os atores sociais que não dependem do recurso natural “mangaba”.

Por fim, analisamos que o conflito é desenhado pelo recurso “pés de mangabeiras”, aos quais atores sociais recorrem. Por sua vez, a prática extrativista obedece a regras que são aceitas e seguidas por meio das práticas sociais instituídas pelos grupos, nas quais o saber tradicional é estabelecido ao longo do tempo pela oralidade e passado de geração a geração. Essas regras devem ser seguidas por todos e a não observância das mesmas é considerada um comportamento desviante, que pode ser rejeitado e punido pelo grupo social (BECKER, citado por NASCIMENTO, 2001). Esse é um dos motivos, além da escassez do recurso, que engendra o conflito socioambiental em Carro-Quebrado.

³ NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

Resultados dos trabalhos de grupo das catadoras de mangaba

O grupo foi dividido em quatro subgrupos formados por catadoras de mangaba dos diferentes povoados para garantir a diversidade de experiências e estimular a interação entre catadoras que ainda não se conheciam. Cada subgrupo foi associado a uma cor e se reuniu durante, aproximadamente, 6 horas, sob a coordenação de dois pesquisadores cada um. Após o debate, foi escolhida uma catadora para expor os resultados do trabalho na plenária. Essas duas etapas do trabalho (subgrupo e plenária) contaram com a participação exclusiva das catadoras de mangaba para que as mesmas ficassem absolutamente à vontade para expressar as pressões a que estão sujeitas nos seus locais de residência, assim como evitar represálias de donos de áreas onde têm mangabeiras nativas.

O registro do debate ocorrido nos subgrupos foi dividido em três partes (Introdução, Reflexões sobre a palestra “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão” e “A problemática das catadoras de mangaba em Sergipe”). No entanto, a forma de registro variou segundo as especificidades da dinâmica do grupo e dos coordenadores, assim como do próprio estilo de redação dos mesmos. Em alguns casos, a fala das catadoras de mangaba foi apresentada integralmente neste documento.

Identificação do subgrupo: Prata

Coordenadores: Heribert Schmitz e Jane Velma

Número de participantes: 24

Introdução

O subgrupo prata foi composto por 24 participantes, sendo 22 mulheres e 2 homens provenientes de 5 municípios. Dos 24 catadores, 20 não têm

terra, enquanto 4 possuem. 9 são também marisqueiras, 6 trabalham com artesanato e 7 são também comerciantes. Foi feito ainda um levantamento sobre a produção anual por catadora durante o trabalho de grupo.

Inicialmente, foi realizada uma dinâmica de grupo para que as pessoas se conhecessem e interagissem, visando a uma maior descontração para as atividades subseqüentes que dependeriam muito da participação de cada um.

O debate foi realizado apenas no grande grupo e iniciou com a pergunta: O que vocês acharam da palestra?

Reflexões sobre a palestra “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão”

As mulheres participantes compararam sua situação com a das quebradeiras, especialmente, por não poder entrar nas propriedades e enfrentar cerca e até tiro. Várias vezes, tiveram de deixar o balde com mangaba. Tudo isso porque dependem da mangaba para alimentar os filhos, comprar gás, etc. Contaram como os proprietários cortam todas as mangabeiras, por exemplo, quando compram propriedades na região.

No povoado Pontal, foi discutido um projeto para fornecer produtos para a merenda por meio da Conab (acerola, manga, peixe, mangaba). Cada uma entregaria uma caixa por semana. Porém, houve um conflito entre os proprietários das áreas de mangaba e as catadoras sobre quem participaria desse projeto e a proposta não avançou. Também, ninguém faz polpa de mangaba para venda, o que seria outro item do projeto.

Em função da valorização recente da mangaba por projetos do Estado de Sergipe, um “monte de gente em Pontal vai cercar” as áreas. Uma catadora de Carro Quebrado, Japoatã, relatou que hoje é chamada de

“rapariga” e que antes não tinha cerca, mas hoje tudo é loteado. Os proprietários implantam cerca, botam fogo e cortam as árvores nativas “para elas não terem direito”. “Carro Quebrado não tem terreno mais não, tá todo loteado.”

Às vezes, o dono não aparece, mas o empregado faz questão. “Querem ter acesso só à mangaba, não entrar em roça, querem lei. Área livre não tem. Tudo tem dono. Mangaba fica lá.”

A problemática das catadoras de mangaba em Sergipe

Uma catadora afirmou que “vai desistir”. Porém, outras criticaram isso, dizendo que não têm outros meios como ela (o marido dela tem uma padaria) e mesmo a alternativa de viver do artesanato também é difícil, pois a palha do ouricuri (palmeira nativa da qual é extraída a fibra) é do mesmo dono que a mangaba.

Uma catadora de Pontal falou: “Errados somos nós. A solução é catar mangaba sem medo e sem arriscar a vida. O Governo deve comprar uma fazenda com muita mangaba. O que acham as colegas?” A maioria concordou. “A área seria Prainha e o dono quer vender. Somos nós 30 aqui, mais 40 catadoras.” Porém, “Convento fica longe de Pontal. Tem que ser outra proposta.”

Catadoras da Barra dos Coqueiros criticaram o dono de um outro sítio grande (São José do Arrebançado), que nunca plantou nada e hoje tem seu terreno valorizado pela construção da ponte entre Aracaju e Barra dos Coqueiros. Uma área em tramitação no Incra para ser área coletiva agora é disputada pelo dono e vão perder a safra, também de murici, etc. “Têm que botar a associação para frente”. “O Incra não resolveu nada! Antes apanharam.” Devem se organizar em associação para continuar o trabalho. Quem pode orientar na fundação da associação? Seriam em torno de 50 pessoas.

As catadoras de mangaba precisam da ajuda de alguém. “Nós estamos aqui para resolver. Eles (os homens da gravata) têm que dar uma resposta”.

Uma catadora de Japarutuba falou da reivindicação de uma fábrica de polpa. “É mais trabalho, mas é melhor para comercialização”.

No final do debate, foi definido quem apresentaria os resultados. Porém, na hora da apresentação, uma das apresentadoras de Pontal foi substituída por outra, porque sabia ler melhor, o que também não deu certo. Na verdade, foi finalmente uma jovem de Japoatã que leu os resultados do trabalho do subgrupo, pois uma grande porcentagem das catadoras é analfabeta.

Problemas e ameaças apontados

Pontal e Terra Caída – Indiaroba:

- As cercas estão nas áreas que têm dono e que não permitem a entrada das catadoras de mangaba, o que tem gerado conflitos entre as catadoras e os proprietários. Nesse caso, como os frutos não são utilizados pelos proprietários das áreas, as plantas são cortadas para que as catadoras não retornem às áreas.
- O projeto da Conab, liderado por pessoas do município, no qual as catadoras de mangaba destinariam um determinado volume de frutas às escolas para a merenda e receberiam um salário, gerou brigas com os donos das áreas por beneficiar as catadoras que não têm áreas para catar.

Convento - Indiaroba

- Além dos conflitos entre os donos e catadoras de mangaba, a disputa pelas frutas se dá também entre as próprias catadoras nas áreas em que é possível catar. Uma saída para algumas que também são comerciantes é comprar a mangaba de áreas vizinhas (Conde, BA) para revender.

Carro Quebrado – Japoatã

- Há muita dificuldade no acesso às frutas porque as áreas têm donos e os mesmos não permitem a entrada das catadoras. Nesse momento, há muitos conflitos, xingamentos por parte dos donos, além de recolherem tudo o que foi catado pelas mulheres.

Alagamar – Pirambu

- Os assentados têm área para catar, mas é pequena. Então a cata é feita em áreas particulares e boa parte do que é catado é perdido para os caseiros.

Barra dos Coqueiros

- Conflitos na cata da mangaba no Sítio São José do Arrebancado que era uma área abandonada pelos proprietários e hoje impedem o acesso das catadoras.

Sapucaia – Japaratuba

- A ameaça às áreas decorre do aumento do número de casas de veraneio.
- A cerca e a valorização das terras.

Propostas

Pontal – Indiaroba

- Uma solução para catar mangaba sem conflito é que o governo possibilite a compra de uma área na Prainha com o objetivo de que seja criada uma reserva de mangabeiras para o uso comunal de 70 famílias, em que as mesmas irão administrar a área.

Barra dos Coqueiros

- Que o Sítio São José do Arrebancado seja destinado às catadoras de mangaba da região, por meio da criação de uma reserva de mangabeiras. A área será administrada pelas catadoras de mangaba desses povoados.
- Para assegurar essa área e criar formas de beneficiamento da mangaba (polpa), as catadoras propõem a criação de uma associação de catadoras de mangaba no município, com a orientação de algumas instituições.

Alagamar e Porteiras – Pirambu

- Que seja elaborada uma lei para que as catadoras possam catar mangaba nas áreas particulares.
- Que uma parte da área que tem muita mangabeira seja liberada para acrescentar ao assentamento.

Carro Quebrado – Japoatã

- Que seja elaborada uma lei para que as catadoras possam catar mangaba nas áreas particulares.

Sapucaia – Japaratuba

- Seria bom ter uma fábrica de polpas e doces de mangaba para não depender da comercialização exclusiva na feira.

Reivindicação de todas as catadoras

- Nos meses de entressafra as catadoras de mangaba deveriam ter um salário da mesma forma que os pescadores têm.

Identificação do subgrupo: Verde

Coordenadores: Nádia Batista e Fernando Curado.

Número de participantes: 24

Introdução

Após a palestra de abertura do Encontro, o grupo foi subdividido em subgrupos de trabalho denominados “Com a palavra as catadoras”, constituídos de catadoras de mangaba dos diferentes municípios presentes, para proporcionar a maior troca possível de experiências e conhecimento da realidade dos seus pares.

O grupo verde iniciou com uma dinâmica cujo objetivo foi levar a descontração aos participantes e promover a melhor interação entre eles. Dessa forma, foi solicitado de cada participante que fizesse a sua autobiografia para o colega e, após alguns minutos de conversa, cada membro apresentou o seu colega aos demais. O que surtiu um efeito bastante positivo no grupo, provocando risos e descontração.

Reflexões sobre a palestra “As conquistas das quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão”

Após o primeiro momento de descontração, buscou-se problematizar a situação das catadoras de mangaba de Sergipe. Para esse momento, utilizou-se o método comparativo, para o qual foi muito importante a palestra de Maria Alaídes, quebradeira de coco-babaçu do Estado do Maranhão. A própria palestrante participou dos momentos iniciais do grupo, expondo a importância da organização para a luta das catadoras de mangaba.

Na palestra de Maria Alaídes, pôde-se perceber diversos pontos em comum com as catadoras de mangaba, como a luta empreendida pelo livre

acesso a áreas de coco-babaçu, a percepção da necessidade de organização e o auto-reconhecimento enquanto quebradeira de coco, no sentido de assumir essa identidade. Questões que também perpassam pelas discussões da problemática das catadoras de mangaba de Sergipe.

Tais semelhanças entre as catadoras de mangaba e as quebradeiras de coco-babaçu contribuíram para as discussões e reflexões no grupo, como a percepção das catadoras de mangaba sobre o direito de livre acesso às áreas de mangabeiras nativas que também são impedidas pelos donos de terras onde existem as plantas. É consenso que da conservação dos recursos naturais existentes nas áreas de ocorrência da mangaba depende a sobrevivência das catadoras. Essas situações sociais puderam ser problematizadas pelas catadoras de mangaba.

A problemática das catadoras de mangaba em Sergipe

No centro da problemática das catadoras, está presente a questão ambiental debatida no grupo, como os viveiros de camarões que têm causado a destruição das áreas nativas da mangabeiras como forma de impedir o acesso às mangabeiras pelas catadoras, a diminuição do recurso ao mesmo tempo em que aumenta o número de pessoas que buscam as mangabas e o conflito socioambiental existente em torno das mesmas.

Neste aspecto, tem-se, de um lado, a conservação dos recursos naturais e genéticos pelas catadoras e, de outro, a necessidade de se reconhecer o importante papel desempenhado por essas populações na conservação desses recursos. Outro aspecto percebido nas falas das catadoras é o tom de denúncia quanto ao desmatamento que vem ocorrendo em áreas dos Municípios de Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Pontal e Japoatã, onde apontam que, acabando o recurso, não terão do que viver. Ou seja, a garantia de reprodução social dessas catadoras não está restrita apenas à conservação do recurso natural (mangaba), mas a todo um

ecossistema, uma vez que envolve o manguezal, outras plantas e frutas nativas que garantem a reprodução social das catadoras de mangaba.

As catadoras de mangaba obedecem aos ciclos da natureza na prática do extrativismo e criticam a falta de ação dos órgãos ambientais Administração Estadual de Meio Ambiente (Adema) e Ibama, no tocante a uma efetiva fiscalização para coibir os desmatamentos nas áreas de ocorrência natural da mangaba.

As falas das catadoras demonstraram a existência de conflitos socioambientais originados pela disputa pelos recursos naturais entre catadoras e donos da terra em diversos municípios. Os donos da terra impedem a cata do fruto em suas terras, seja desmatando ou ameaçando as catadoras. No povoado Pontal, foi relatado que 40 % da área de mangaba foi desmatada para atender aos interesses da carcinicultura.

Aspectos socioeconômicos do extrativismo da mangaba

Outros aspectos importantes debatidos entre as catadoras de mangaba foram à apresentação da fruta no momento da venda, a comercialização, o beneficiamento e o transporte do fruto. Para elas, a apresentação do fruto no momento da venda é um requisito importante para garantir a venda do fruto nas feiras livres. Expuseram que enfrentam grandes dificuldades no momento da comercialização, tais como, o baixo preço alcançado na venda ao atravessador e nas feiras livres, onde uma caixa de 35 a 40 litros é vendida por R\$ 6,00 e um balde de 10 a 12 litros, por R\$1,00.

As dificuldades de transportes para o escoamento da safra colhida; o mercado incerto, com o excesso da fruta nas feiras livres, e as más condições de comercialização na Ceasa, no Mercado Municipal de Aracaju e nas diversas feiras livres do estado, levam à perda do produto, porque não conseguem vendê-lo. Agrava a situação a ausência de infra-estrutu-

ra para o beneficiamento e aproveitamento da mangaba na produção de outros produtos, como doces, geléias, sorvetes, polpas e bolos, etc.

Segundo as catadoras de mangaba, esses problemas podem ser solucionados a partir da união das próprias catadoras para pressionar o governo no sentido de desenvolver políticas públicas específicas para este segmento da população, somente assim a situação poderá mudar.

O que pode ser constatado em suas falas, como: “tem que se espelhar nos sem-terra. Eles não vão pra Brasília, brigam e conseguem? A gente também consegue”, ou “As quebradeiras de coco se uniram, insistiram e conseguiram...”

O grupo apontou como ação organizativa enquanto catadoras: a) realização de encontros em associações dos povoados; b) criação de comissões com representantes locais e encontros freqüentes.

Dessa organização, esperam pressionar o governo do estado para implementação de políticas públicas para as catadoras de mangaba, como a compra de terras em áreas nativas para as catadoras que garantam o acesso aos recursos; políticas de segurança alimentar (inclusão da mangaba na merenda escolar); barrar a continuidade da carcinicultura (fiscalização do Ibama e Adema para impedir o desmatamento das áreas nativas da mangaba); criação de uma fábrica em Aracaju para receber toda a produção das catadoras do estado, beneficiamento e comercialização, sob o controle das catadoras de mangaba e a garantia de recursos para o transporte da produção.

Considerações finais

O trabalho no grupo verde com as catadoras de mangaba de Sergipe proporcionou aos participantes identificar o que lhes afeta e apresen-

tar a percepção que têm dos problemas relacionados a essa problemática. É preciso assumir a identidade enquanto “catadoras de mangaba” para fortalecer a sua luta. Isto é evidente quando dizem: “sem união não vamos avançar” ou “as catadoras têm que ser persistentes para não acabar as mangabeiras”. E que “brigar na justiça para que deixem áreas onde possam catar mangaba tem que ser um início”.

Dessa forma, estão reivindicando: a garantia do direito ao livre acesso às áreas de ocorrência da mangaba; a compra de terras onde existem mangabeiras nativas pelo governo para garantia do acesso ao recurso; a conservação das áreas nativas da mangaba; a fiscalização por parte dos órgãos federais e estaduais para coibir o desmatamento das áreas nativas da mangaba; políticas públicas para as catadoras de mangabas que melhorem as condições de comercialização, beneficiamento e transporte para vender os frutos e produtos que venham a ser produzidos em fábrica de beneficiamento.

Frases ditas pelas catadoras

“Deveríamos brigar, se unir para enfrentar; para termos os nossos plantios”.

“Brigar na justiça para que deixem áreas onde possam catar mangaba. Tem que ter um início”.

“Tem que ter uma cabeça (liderança) na minha comunidade”.

“Todo mundo perdido. Ninguém nem sabe como começar sem associação” (Capoã).

“Precisa ter uma orientação para iniciar uma associação”.

“Eu tenho coragem de começar, pegar um papel e sair de casa em casa para fazer uma reunião”.

“Quanto mais gente, maior é a força para enfrentar”.

“Tem que se espelhar nos sem-terra. Eles não vão pra Brasília, brigam e conseguem? A gente também consegue”.

“As quebradeiras de coco se uniram, insistiram e conseguiram”.

“Tem que pôr fermento para inchar, não deixar no papel, levar para frente”

“Sem união não vamos avançar. As catadoras têm que ser persistentes para não acabar as mangabeiras”.

Identificação do subgrupo: Laranja

Coordenadores: Emanuel Pereira de Oliveira e Dalva Mota

Número de participantes: 18

Introdução

O grupo laranja foi composto por 18 participantes, sendo 15 mulheres e três homens, provenientes de cinco diferentes municípios (Indiaroba, Japarutuba, Japoatã, Itaporanga e Pirambu)

Inicialmente, foi realizada uma dinâmica de grupo para que as pessoas se conhecessem e interagissem, visando uma maior descontração para as atividades subseqüentes que dependeriam muito da participação espontânea de cada um. Posteriormente, foram negociadas algumas regras para organização do trabalho e dos debates, dentre as quais, fa-

lar um de cada vez, escolher representantes para falar pelos pequenos grupos e garantir a palavra de todos.

Os debates ocorreram tanto em pequenos grupos, como no grande, a depender do conteúdo e do caráter dos mesmos. Opiniões e reflexões foram realizadas nos primeiros, mas as decisões quanto ao que seria o produto do trabalho do grupo, assim como quanto a quem seria o porta-voz do mesmo foram todas no grande grupo. Os coordenadores do grupo não hesitaram em levantar questionamentos e animar a problematização do extrativismo.

A síntese dos debates encontra-se a seguir, segundo os temas e a ordem dos acontecimentos.

Reflexões sobre a palestra “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão”

A atividade inicial constou de uma reflexão em pequenos grupos sobre a palestra de D. Alaides, quebradeira de coco babaçu do Maranhão, membro da Assema, vereadora e liderança importante no Maranhão. Após debate e reflexão, cada um dos quatro sub-grupos escolheu quem relataria os resultados das discussões, conforme exposto a seguir:

Grupo 1

- Importante a parte sobre o carro que invadiu o território e as mulheres quebradeiras de coco-babaçu enfrentaram. O que elas têm hoje é fruto dessa luta.
- A gente tem que pegar esse exemplo e não desistir.
- Tem que enfrentar, levar adiante e por isso estamos aqui.

Grupo 2

- Interessante foi que todo mundo se juntou para enfrentar o mesmo problema, ninguém estava sozinha e tinha coragem.

Grupo 3

- Gostaram dos produtos que elas estão produzindo hoje, depois de muita luta.
- No carro blindado, elas tiveram muita coragem de enfrentar.
- Trabalhavam para comprar alimentos, mas o coco era muito desvalorizado: 10 Kg para comprar 1 Kg de arroz. Era muito difícil a situação delas.

Grupo 4

- Elas, as quebradeiras de coco-babaçu, não tinham condições de comprar nem 1 kg de arroz. Estavam muito pior do que nós aqui.
- São os mesmos problemas das catadoras de mangaba que catam os frutos, mas não trazem nada, mas sim uma pequena carreira ou um tiro de escopeta.

Finalizada a exposição, algumas perguntas foram reforçadas pelos coordenadores do grupo, quais sejam:

Qual era o problema das quebradeiras de coco-babaçu?

- A dificuldade para extrair o coco-babaçu.
- Iam de lugar a lugar porque não tinham terra suficiente para catar os cocos.
- É a mesma coisa das catadoras de mangaba que não têm terra e pulam as cercas. Os donos jurando dar tiro e perseguindo.
- Diante da situação, as quebradeiras de coco-babaçu se uniram e conseguiram.

Quais as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras de coco babaçu?

- Os proprietários fechavam as propriedades, os donos não deixavam elas entrarem. Era um sofrimento.
- Elas andavam de canto em canto buscando tirar coco para vender e assim comprar arroz para comer.

Quais as soluções encontradas pelas quebradeiras de coco babaçu?

- Conseguiram garantir o acesso aos pés de coco babaçu. Tem até lei que garante que elas podem entrar em qualquer propriedade e ir tirar os cocos de lá.
- A palestra dela foi um grande incentivo. Tem gente que veio com receio, mas, agora, cada um vai passar para as outras que não vieram a importância e o direito que nós temos. Eu acho que um dia a gente vai conseguir.
- A situação é parecida com a do Maranhão, a diferença é que lá é coco babaçu e aqui é mangaba.

A problemática das catadoras de mangaba em Sergipe

O que está acontecendo aqui em Sergipe com as catadoras de mangaba?

- As catadoras não aceitam que ninguém estrague nada. Não querem maltratar os pés. Vivem deles, né?
- No caso das quebradeiras de coco babaçu, houve uma grande união. Mas no Pontal, precisa ainda de uma união maior entre as pessoas. Cada um quer para si. Tem que ter a união, porque se não for assim, não dá certo não. Tem que lutar por isso.
- Tem gente que poupa os seus pés de mangaba e vai para aquelas áreas em aberto que deviam ser de quem não tem nada.
- Lá entre a gente, cada uma cata mangaba só. Mas as pessoas que têm sítio vão para a caatinga e ainda tira os da gente. Aí, os que têm menos ficam com menos ainda.

- Lá no Maranhão, eles fizeram de tudo para ganhar dinheiro. Aqui é a mesma coisa. Cata, pesca, faz crochê, cocada e por aí vai. Isso é igual ao Maranhão.
- A nossa dificuldade é que as áreas estão pequenas para tanta gente. Quando tem muita fruta, então o preço vai lá para baixo. Quando o dono pega a gente, tem que deixar as mangabas e ainda levar carreira.
- Quase tudo que a gente vive é igual ao Maranhão: carreira, ameaça de justiça e cerca nas plantas. Tem uns que até cortam para gente não ter acesso.
- A gente não quer invadir o que é dos outros, mas tirar o que é nosso. Estão cercando, cercando para viveiro e a gente zero!.
- A gente precisa de mangabeiras para tirar as nossas frutas e sustentar os nossos filhos. Ter uma área para plantar e colher o dobro. Tem que ter áreas da gente mesmo. Tem que pensar nos filhos.
- Antigamente, tinha mais mangabeiras porque ninguém ligava, porque não tinha muito valor. As pessoas derrubam e tem gente que ainda queima para fazer lenha, porque não quer que as catadoras peguem. Antigamente, nem cerca tinha. As pessoas que fazem isso nem precisam da mangabeira para viver.
- Os donos de mangabeiras cercam as terras. Antes era tudo solto. Além de cercar, plantar coqueiro e cana, construir casas e viveiros, ainda cortam. Os produtos que usam nos viveiros também matam as plantas. Em algumas áreas, as mangabeiras aumentaram porque ninguém corta nada. No caso do Pontal, até estrangeiros estão vindo comprar terreno.
- Se não tomar uma providência no Pontal vai terminar sem uma mangabeira. Até o cemitério vai derrubar mangabeira para aumentar a área.
- Compete ao governo liberar dinheiro para gente ter terra e plantar mangabeiras lá aonde já tem. Tem uma área no povoado Preguiça que seria excelente comprar e a gente plantar mangabeira, mas usar junto. Cada um no que é seu é mais difícil manter as mangabeiras.
- No Pontal, o governo poderia comprar e organizar o uso, mas todo mundo continuar usando junto. A área tem que ser reservada para as mangabeiras, para todo mundo catar. Tem que tomar conta senão bagunça.

- Quando passar a época do fruto, juntar todo mundo para zelar as mangabeiras.
- Se outras coisas valem mais, por que ter mangaba?
- Como fazer para ser ouvido?
- O governo não sabe nada do que passa com a gente, se soubesse acho que já estaria junto.
- Não adianta fazer só, tem que se unir com outras pessoas e continuar o que começou hoje. Tem que se juntar com vocês. Já que foi dado o primeiro passo com vocês, então vamos continuar.
- É necessário um serviço de informação para que os proprietários saibam o que se passa, a gente não quer tomar nada dele, fazer palestras nas comunidades.
- Se comprar terra para as catadoras, tem que garantir o uso de todo mundo para evitar o desgaste da terra, se não cada um vai fazer as suas roças.

Se unir é necessário?

- É preciso ter união para agir todos de acordo em relação à mangabeira.
- Se ficar só o grupinho de cada lugar, não vai conseguir nada, precisa também dos órgãos competentes.
- Vai ser preciso se juntar para que possamos obter nosso pão de cada dia através do cultivo da mangaba, juntamente com aquelas que já existem.
- É importante que o grupo se una para obter alguma coisa trabalhando ou então vai ter que dar um dinheiro para gente viver (a terra fica para sempre. E o dinheiro?).
- Para ter como agir e com união fica mais fácil resolver os problemas.

Para que se unir?

- Para ter sempre o lugar adequado de catar mangaba e garantia do sustento.
- Para garantir os objetivos de cada um no trabalho.
- Para viver melhor, sem tanta dificuldade. Para ir para a feira sábado e matar as necessidades todas de dentro de casa.

Como?

- Correndo atrás de pessoas e projetos para conseguir as terras que a gente precisa, como o (projeto) que temos aqui hoje.
- Reunir o grupo, sentar, fazer palestra, uma comissão para começar e ver como vai ficar.
- Buscando os canais competentes, se mostrar para o governo.

Questionamentos feitos pelas catadoras de mangaba a D. Alaídes

Catadora – Com quem vocês se apegaram?

D Alaídes – É bom a gente estar consciente que nem todos do Povoado vão. Agradecemos não ter cerca e não ter gado aos poucos que foram lutar. Nós conseguimos criando revolução por dentro de nós: vamos pensar em casa, o que é que nos podemos fazer.

Catadora – E a cooperativa?

D Alaíde – Poucos lutaram na cooperativa e o preço do atravessador, que ainda existe, é igual ao da cooperativa. A gente faz prestação de contas no final do ano para ter transparência. Não tem receita, nem é rápido, nem vem todo mundo. Tem gente que quer ter seu próprio negócio e não adianta trabalhar no coletivo. Um exemplo é o do sabonete que a gente fabrica: tira os custos e o resultado (lucro) é dividido em diárias.

Quadro-síntese dos problemas, soluções e reivindicações das catadoras de mangaba

Problema	Solução/Reivindicação
Abuso das pessoas que têm áreas com mangaba, mas catam nas áreas de acesso livre e só depois vai catar nas deles.	Se organizar para que as áreas livres sejam de quem não tem terra e depende daquilo para viver.
Pressão externa: cerca, agricultura, viveiro, turismo.	Áreas para uso exclusivo das catadoras.
Diminuição do acesso às mangabeiras.	Garantia das áreas para uso comum legalmente.
As catadoras de mangaba não são ouvidas.	Lutar para que todos saibam que as catadoras existem.
A falta de união das catadoras de mangaba.	Ação juntando as diferentes comunidades de catadoras.
As pessoas não conhecem os seus direitos quanto ao uso dos recursos.	Desenvolver um processo de informação dos direitos.

Identificação do subgrupo: Rosa

Coordenadores: Josué Francisco e Raquel Fernandes

Número de participantes: 16

Introdução

O grupo rosa foi composto por 16 participantes, sendo 15 mulheres e um homem, provenientes de cinco diferentes municípios (Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Japoatã).

Para iniciar os trabalhos, foi realizada uma dinâmica de grupo para facilitar o entrosamento entre as pessoas e, também, proporcionar uma maior descontração.

Uma vez o grupo relaxado, foram iniciadas as atividades previstas.

Reflexões sobre a palestra “As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão”

Para esta atividade, os coordenadores provocaram o grupo para que relatasse a sua impressão sobre a palestra da representante das quebradeiras de coco-babaçu do Maranhão. Desse debate, as catadoras chegaram à conclusão de que elas estavam em condições muito melhores que as quebradeiras, que elas só tinham o babaçu como meio de vida e que as catadoras ainda tinham a pesca e os mariscos (exceto no povoado de Carro Quebrado) para sobreviverem.

Logo após, o grupo foi subdividido em três grupos menores para a próxima atividade.

A problemática das catadoras de mangaba em Sergipe

Após 30 minutos de discussão em plenária, os subgrupos foram separados dentro da sala para discussão em separado sobre a problemática das catadoras de mangaba em Sergipe. Nessa etapa, foi dada 1 hora para discussão entre elas, sendo ao final eleita uma catadora que seria a porta-voz de cada subgrupo. Os coordenadores acompanharam e animaram os grupos durante toda essa fase. A partir desse momento, o grupo também contou com a participação de D. Alaídes. Como produto desse debate, ficou claro entre elas que, com relação ao acesso aos recursos:

- No passado, as áreas livres de mangabeiras nativas eram maiores e, nas áreas cercadas, os donos deixavam entrar para catar.
- No presente, a maioria das áreas livres foi vendida e cercada. Nas áreas cercadas, os donos não deixam entrar para catar.
- Se continuar assim, no futuro, as catadoras não terão de onde catar nenhuma mangaba.

Os coordenadores também solicitaram que as catadoras elencassem as principais ameaças à sua atividade, quais foram:

- Pessoas que não sabem catar mangaba e estragam as plantas.
- Brigas entre as catadoras de localidades diferentes, como, por exemplo, entre Convento, Preguiça e Pontal, e entre Ladeiras e Carro Quebrado. Nesse caso, as catadoras de uma localidade se deslocam para as áreas nativas de outra.
- Queimadas nas roças e fogueira de pescadores que, muitas vezes, prejudicam as mangabeiras.
- Viveiros de camarão que implicam no corte das plantas.

Ao fim das exposições e discussões, as catadoras formularam as seguintes reivindicações:

- Uma lei que garanta a entrada livre somente para as áreas onde elas já catam livremente e cercadas que tenham mangabeiras nativas (“Mas tem um problema... E quem tirar as mangabas nativas e plantar outras no lugar?”).
- Fiscalização dos órgãos mais fortes e igual para todos.
- “Defeso” da mangaba, à semelhança do que ocorre com o caranguejo.
- Saber como nos organizarmos.
- Política de comercialização coletiva.
- Formar grupos de representantes das catadoras nas decisões do governo.

Essas reivindicações e os questionamentos foram levados para a plenária das catadoras no dia seguinte. Para tanto, foi escolhida uma catadora, Iracema, que representaria o grupo e apresentaria os resultados dos debates.

Mesa-redonda 2: “O que dizem as instituições sobre a problemática do extrativismo e das catadoras em Sergipe?”

Alícia Santana Salvador (Catadora de Pontal, Município de Indiaroba).

A Mesa Redonda 2 iniciou pela apresentação das reivindicações resultantes do Trabalho de Grupo pela representante eleita das catadoras.

Engenheiro Agrônomo Luís Carlos Fontenelle (Inkra, SE)

1. O Incra em Sergipe vem criando alguns Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) para que se mantenha a vegetação nativa, a exemplo do PAE São Sebastião em Pirambu. Ali, serão preservadas espécies que são importantes para a sobrevivência das pessoas que já vivem do extrativismo, onde tem a mangaba e outras plantas que justificam a implantação do PAE. Assim, as pessoas que têm a tradição e sabem da importância das espécies garantirão a sua preservação.
2. Em Itaporanga d’Ajuda, nos Assentamentos Darci Ribeiro, Padre Josimo Tavares e Dorcelina Folador, está sendo feito um trabalho conjunto com a Embrapa para viabilizar uma proposta na qual, mesmo as pessoas que não estão ligadas ao extrativismo, mas sabem a importância da mangaba, possam preservá-la como também o murici e o caju, espécies nativas.
3. Em Barra dos Coqueiros, a partir do trabalho de pesquisa de Jane (2007)⁴, está em vias de desapropriação o Sítio São José do Arrebancado (Sítio Filizola). “Já gostaríamos de dar a notícia aqui hoje da assinatura do Decreto, mas ainda temos que aguardar um pouco e o processo já está em Brasília tramitando. Vai ser preciso o apoio dos órgãos como Ibama, Em-

⁴SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe.** 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

- brapa e outros para o Plano de desenvolvimento dessa área no centro de uma zona de especulação imobiliária e a seis minutos de Aracaju. O plano também tem que prever atividades que permitam renda na entressafra”.
4. Existe uma forte pressão dos proprietários em Barra dos Coqueiros e Brejo Grande, mas o Ministério Público (MP) e a Ouvidoria estão mobilizados para tratar dos conflitos agrários. “É preciso ter uma intervenção firme, senão as mangabeiras nativas serão inacessíveis”.
 5. Vem sendo discutido com a Secretaria da Agricultura na região Norte de Sergipe iniciativas para potencializar ações com a mangaba, a exemplo do financiamento pelo Banco do Brasil (Programa Terra Sol, com unidades de beneficiamento da fruta), nos Municípios de Pirambu e Estância.
 6. Outra possibilidade da mangabeira e do muricizeiro é para a recuperação de áreas degradadas, pois são espécies de valor econômico. A mangabeira é uma planta que produz bem nesses solos sem precisar de insumos.
 7. “Uma das grandes dificuldades é para a elaboração de projetos. Solicitamos, inclusive, o apoio de quem puder ajudar nessa discussão. Já existe um grupo de zoneamento dando ênfase em espécies nativas, do qual o Incra faz parte”.
 8. Algumas dificuldades terão que ser enfrentadas, como: ameaças de proprietários, criação de viveiros de camarão, expansão da agricultura (cana-de-açúcar para etanol) e o corte das árvores. Aliás, o corte é crime, já que a mangabeira é hoje a planta símbolo do Estado. Importante fazer um trabalho político com representantes para que se crie uma lei para impedir o corte das mangabeiras.
 9. Importante estimular o plantio e a assistência técnica para as regiões, porque a mangaba não necessita de insumos e dá uma boa renda. Importante também garantir os direitos de quem sempre catou a mangaba.
 10. Não existe um trabalho específico para a intervenção imediata em áreas da União. A Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) está fazendo o levantamento e passando para o Incra. É feita a indenização, se por ventura tiver alguma benfeitoria e puder fazer assentamento agroextrativista. O MP deve acompanhar isso. Está sendo feito um convênio para facilitar o processo de identificação. A intervenção não passa apenas pela questão

da terra, mas também do desenvolvimento que possa estar trazendo para o local. Proposta de Unidades de conservação: no estado, só se avança com isso. No MP, a reunião foi fruto dessas discussões (Brejo Grande) que só precisa de indenização, sem desapropriação; convênio para identificação de áreas com populações tradicionais (GRPU, cadastrar) e o Inkra. O Ibama está junto com a Prefeitura fazendo esse trabalho nas áreas que descumprem a legislação. A proposta é unidade de conservação com comunidades tradicionais, o trabalho com quilombolas tem acelerado esse processo de discussão. A segurança alimentar já vem acontecendo com alguns programas, como o Fome Zero, a Conab paga a comunidade que produz, entrega batada-doce, laranja e pode também ser a mangaba.

Engenheiro Agrônomo Francisco Cassundé (Sagri-SE)

1. A preocupação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe (Sagri-SE) com a “cultura” da mangaba é desde o plantio até a comercialização, não é coisa simples, tem que ser pela integração dos órgãos e das diferentes pessoas que estão envolvidas. Existe um grupo de trabalho formado há oito meses, com gestores e produtores.
2. Existe uma ganância econômica pelo fato de a “cultura” não ser estável (extrativista), sendo a comercialização dominada por intermediários. No Estado de Sergipe, existem várias fábricas de polpa paradas.
3. A Sagri-SE está preocupada com a superprodução de mangaba, em função dos novos plantios, uma vez que na sua ótica já existe dificuldade de colocar a produção no mercado e que a superprodução deve provocar a queda do preço e perdas do produto.
4. Uma possibilidade é o congelamento do fruto para venda na época de entressafra. A Sagri-SE realiza pesquisa e assistência técnica.
5. Há muitas atividades para realizar que não são simples, mas com unidade e organização é possível minimizar e encontrar uma solução viável.
6. Em março de 2007, foi feito um levantamento da problemática e o principal foi a comercialização.

7. Há o risco de erradicar as plantas pelos pontos que já foram levantados, como especulação imobiliária e construções. Isso é importante, mas também há falta de uma cultura estável.
8. É necessário pensar em todos que fazem parte da cadeia produtiva da mangaba, como os empresários e catadoras. Percebe-se que um grande entrave é o atravessador.
9. A Kibon produz sorvete de mangaba com fruta adquirida com os intermediários. Isso não é controlado pelo setor de produção.
10. A produção hoje é de 650 toneladas e o problema é colocar no mercado. Há necessidade de diretrizes na comercialização, sem ela não há sustentabilidade, mesmo que resolva os outros problemas intermediários.
11. Nos municípios de Barra dos Coqueiros e Japaratuba (região Norte), a iniciativa tem sido para organizar os grupos que fazem parte dessas unidades: catadoras (todas), produtores da mangaba (cooperativa de Jardins em Japaratuba), gestores de unidades de produção (Município de Pirambu) e polpa.
12. Um problema que se coloca é: o que fazer na entressafra? A produção de subprodutos (doces, geléia, compotas). Isso dá condições para trabalhar na entressafra, porque o grande volume causa a perda e queda de preço (não dá para colher tudo). Há um excedente que deve ser guardado.
13. Há a preocupação com as catadoras. Elas são parte, sendo incluídas dentro do grupo da região Norte. Há também uma área de reserva que será administrada pelas catadoras. A preocupação faz parte do grupo que está buscando solução.
14. A mangaba na merenda escolar não é a nossa maior preocupação, mas não se pode esquecer disso. O preço na entressafra é alto e na safra é muito baixo. Isso é preocupante, já que o desenvolvimento sustentável tem que ser visto. Por isso, as catadoras devem ser bem pagas por isso. A segurança alimentar é importante na comercialização, enquanto produto agrícola para agregar valor ao produto. É preciso a certificação para ser incluída na segurança alimentar. Isso é lei. Dentro do programa deve ser dada essa segurança, por isso deve-se atentar às normas da Sagra-SE e do Ministério da Saúde. O produto orgânico é um nicho de mercado e é um caminho muito bom para certificação.

Debate

1. O presidente de uma associação afirma que a Secretaria de Agricultura não parece preocupada com as catadoras (extrativismo), mas só com a agricultura (plantio de mangabeiras). Informa que foram arrancados muitos pés de mangabeiras nativas e os órgãos estiveram presentes mas não fizeram nada.
2. Uma catadora confirmou esse fato, dizendo que as mangabeiras estão acabando para plantar coqueiro e que o Ibama não olha bem para esses acontecimentos. Complica a situação o fato de que siri e caranguejo estão morrendo pelos “micróbios” e agrotóxicos que são liberados dos viveiros de camarão.
3. O superintendente do Incra afirma que a grande expansão dos viveiros de camarão e a mortandade do caranguejo provocaram audiência pública da qual participaram Adema e Ibama. Houve uma intensificação da fiscalização, mas é necessário pensar bem nos critérios para permissão de instalação dos viveiros. Ministério Público Estadual e Federal devem acompanhar de perto. É importante uma boa aproximação com as prefeituras, estabelecer parcerias para acompanhar, além de penalização e desapropriação em casos de infração e desrespeito às leis.
4. Uma pesquisadora da Embrapa insiste para que seja explicitado pelo representante da Secretaria da Agricultura qual será o envolvimento das catadoras nas ações da Secretaria. Considera que o privilégio apenas à comercialização pode incentivar cultivos exatamente nos lugares das mangabeiras nativas e, com isso, desestruturar sistemas que foram constituídos há séculos e com excelente conservação da biodiversidade. Acredita-se que qualquer ação deve prever a integração das catadoras desde o acesso aos recursos até o elo final da cadeia, que é o consumidor. Teme que os empresários sejam privilegiados em detrimento das catadoras que já estão na atividade.
5. O representante da Secretaria da Agricultura afirma que em toda a cadeia produtiva, a mangaba é diferenciada. As catadoras são grandes pro-

fessoras da tecnologia que é tomada como base pelos pesquisadores e o aprendizado tem que ser feito a partir da cultura nativa; por isso elas serão integradas nas atividades previstas.

6. Um representante de uma ONG, após chamar a atenção para a problemática da segurança alimentar questiona por que não está sendo incluída a mangaba na merenda escolar. Essa seria uma possibilidade de as catadoras ganharem mais e não enfrentarem tantos problemas de comercialização na safra.
7. O representante da Secretaria da Agricultura responde que essa não é a maior preocupação, mas não pode ser esquecida. O preço na safra é muito baixo e aviltado na entressafra. Isso é preocupante, já que o desenvolvimento sustentável tem que ser visto. Por isso, as catadoras devem ser bem pagas. A segurança alimentar é importante na comercialização, enquanto produto agrícola para agregar valor ao produto. É preciso as boas práticas e a certificação para ser incluída na segurança alimentar. Isso é lei. Dentro do programa deve ser dada essa segurança, por isso deve-se atentar às normas da Secretaria de Agricultura e do Ministério da Saúde. O produto orgânico é um nicho de mercado e um caminho muito bom para certificação.
8. Um agrônomo do Incra afirma que a situação das populações tradicionais em Sergipe é diferente em relação ao acesso à terra, porque tem muita área produtiva, onde elas se encontram. Nesse caso, a questão jurídica é diferente. Só a intervenção fundiária resolve.
9. Um pesquisador da Embrapa pergunta sobre o levantamento de áreas remanescentes em Sergipe, particularmente no Pontal — O que são áreas da União e de preservação permanente?
10. O superintendente do Incra afirma que não existe um trabalho específico para intervenção imediata em áreas da União. A GRPU está fazendo o levantamento e passando para o Incra, sendo feita a indenização se por ventura tiver alguma benfeitoria para poder fazer um assentamento agroextrativista. O MP deve acompanhar isso. Está sendo feito um convênio para facilitar o processo de identificação. A intervenção não passa apenas pela questão da terra, mas também o desenvolvimento

que possa estar trazendo para o local. Proposta de Unidades de conservação. No estado, só se avança com isso, no MP a reunião é fruto dessas discussões (Brejo Grande), que só precisa de indenização, sem desapropriação; convênio para identificação de áreas com populações tradicionais (GRPU, cadastrar) e o Incra. O Ibama está junto com a Prefeitura fazendo esse trabalho nas áreas que descumprem a legislação. A proposta é Unidade de Conservação com comunidades tradicionais, o trabalho com quilombolas tem acelerado esse processo de discussão. A segurança alimentar já vem acontecendo com alguns programas, como o Fome Zero e a Conab pagam a comunidade que produz. Podem ser batada-doce, umbu, laranja e pode também ser a mangaba.

11. Um pesquisador do Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – DEAGRO/SE afirma que trabalha há 22 anos com mangaba: produção de mudas. Afirma que as mangabeiras nativas estão ameaçadas e que o extrativismo enfrenta problemas com a qualidade das frutas porque elas são retiradas verdes. Tanto as catadoras como os proprietários retiram as frutas antes do tempo, com isso há muitas perdas e uma pós-colheita complicada. Muita pressão em cima do bem comum.
12. Uma pesquisadora afirma que, diante de tudo isso, mais do que nunca as catadoras precisam ser ouvidas.
13. O superintendente do Incra concorda e sugere que sejam chamados diferentes órgãos, Ministério Público Federal, Ibama, etc. para uma intervenção conjunta.
14. O representante da Secretaria da Agricultura afirma que a preocupação não é o mercado, onde se oferta e se compra. O problema é o intermediário que influencia no preço exageradamente. Por isso, destaca a necessidade de estrutura e gerenciamento. Assim, tem que considerar toda a cadeia produtiva: plantio, manejo e comercialização. Uma possibilidade é a merenda escolar que exige a certificação, quer dizer, o rastreamento da fruta. São poucos produtos agrícolas certificados conforme as boas práticas e normas do Ministério.

Reivindicações das catadoras de mangaba

As reivindicações das catadoras de mangaba foram apresentadas na plenária pela representante eleita (Alícia Santana Salvador) aos representantes das instituições (Incra-SE, Sagri-SE), iniciando a Mesa Redonda “O que dizem as instituições sobre a problemática do extrativismo e das catadoras?”

- Proibição de corte das mangabeiras e o governo comprar as áreas onde as catadoras catam.
- Livre acesso às mangabeiras “que foi Deus que deu para a gente, não foram plantadas por ninguém. A gente deve continuar tirando mangaba, porque a gente vem tirando a vida toda”.
- Estímulo às catadoras que já têm pequenas áreas para plantar mais mangabeiras.
- Participação das catadoras: “Queremos participar de toda a discussão sobre a comercialização com quem está tratando do tema. Queremos ser ouvidas”.
- Participação em todas as discussões sobre a mangaba no Estado de Sergipe.
- “Defeso da mangabeira quando não tem mangaba para gente catar. Tem o da pesca, por que não tem o da mangaba?”
- Iniciativas urgentes para a conservação dos recursos naturais que as catadoras dependem para sobreviver. “Somos nós quem cuida das mangabeiras, das outras plantas e do mangue, por isso tem que conservar tudo”.

Síntese do encerramento e deliberações

O encerramento constou de dois momentos sob a coordenação dos pesquisadores Dalva Maria da Mota e Josué Francisco da Silva Júnior, respectivamente.

No primeiro, foi incentivado um debate sobre os desdobramentos do encontro das catadoras, tendo sido firmados os seguintes consensos:

1. Formação da Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe para liderar o movimento, constituída por uma catadora de cada um dos municípios representados no evento, assim como representantes da Embrapa, Inkra-SE, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Adema (Anexo III).
2. Decisão quanto à visita de quatro catadoras de mangaba às quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. A viagem deverá ser realizada de ônibus e as catadoras que irão serão definidas segundo critérios a serem debatidos na Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, criada durante o evento, e outros sugeridos por um dos subgrupos (ser catadora, não ter terra, ter disponibilidade de tempo para viajar, divulgar o que viu com outras catadoras).
3. Necessidade de continuidade das ações das catadoras de mangaba para a defesa dos seus modos de vida.
4. Importância de as catadoras de mangaba serem ouvidas e apoiadas pelas instituições.
5. Continuação do movimento das catadoras por meio de encontros nos municípios para fazer um planejamento das ações futuras.

No segundo momento, houve uma avaliação do evento, considerado de grande relevância por todos que se pronunciaram, sendo ressaltado que iniciativas nas quais as catadoras possam discutir as suas dificuldades e buscar soluções continuem acontecendo. Por fim, houve a realização de um sorteio de alguns brindes.

Carta aberta das catadoras de mangaba de Sergipe



Nos dias 6 e 7 de novembro de 2007, populações tradicionais de catadoras e catadores de mangaba presentes no 1o Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, na Embrapa Tabuleiros Costeiros, em Aracaju, discutiram suas realidades de vida e de trabalho, buscando ações para a mobilização e defesa dos seus modos de vida e conservação das mangabeiras.

1. Diante das ameaças às quais estão submetidas, destacam-se:
2. A construção de viveiros de camarão.
3. Expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar.
4. Corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares.
5. Expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras.

Como resultado do profundo debate em relação a esses problemas, as catadoras reivindicam:

1. Garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras (compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram).

2. Proibição do corte e queima das mangabeiras.
3. Participação das catadoras nas discussões sobre a comercialização (“as catadoras querem ser ouvidas”).
4. Formação de um grupo de representantes das catadoras.
5. Garantia de salário na entressafra da mangaba.
6. Políticas para conservação da natureza (mangaba, murici, ouricuri, cajueiros, manguezais).
7. Estimular as catadoras que já têm terra a plantarem mais mangabeiras.

Nós, catadoras de mangaba, queremos reforçar nesse Encontro a importância do nosso reconhecimento como população tradicional responsável pela conservação das áreas remanescentes de mangabeiras de onde tiramos nosso sustento diário. (Carta aprovada no 1o Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe)

Depoimentos sobre o evento



“Nesse evento revivi toda a minha trajetória e realidade que passei. Tenho orgulho de dizer que fui a primeira catadora de mangaba da Barra dos Coqueiros, vivi 40 anos da cultura da mangaba”
- Maria Plácida de Jesus.



“Foi fundamental esse evento para mostrar à sociedade o que vivenciamos. Há 30 anos cato mangaba e se isso não for mais possível viverei de quê?” - Ana Maria, catadora de Mangaba de Barra dos Coqueiros (SE).



“O evento foi muito bem organizado, fomos bem recebidos e tivemos direito de expor as nossas dificuldades. Antes faltava alguém para divulgar a sociedade o cotidiano dessas catadoras, encorajar elas a lutar pela subsistência e levantar a auto-estima” - Thácio Martins do Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Povoado Pontal em Indiaroba (SE).



“A mangaba me dá uma renda maior. Com a proibição da colheita em determinadas áreas, a gente fica com dificuldade. A minha sorte é que faço chapéu, mas a mangaba me dar um dinheirinho a mais” - Maria Aparecida Bispo, catadora de mangaba há 20 anos, Povoado Santa Isabel, Município de Pirambu (SE).



“Acordo 4 horas da manhã, vou pescar, para quando voltar das mangabeiras eu ter o que comer, esse é o meu dia a dia, agora essa situação está mais complicada, a dificuldade de encontrar mangaba está grande. Eu já corri foi muito com o balde cheio de mangaba, o dono da fazenda disse que se pegasse catando mangaba nas terras dele iria me amarrar e desse forma fui levando a vida”. Maria das Dores dos Santos, Povoado Santa Isabel, Município de Pirambu (SE).

Anexos

Anexo I – Programação do evento

Local: Auditório da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE

Data	Horário	Atividade	Participantes
	8h30 – 9h	ABERTURA	Catadoras, autoridades e técnicos.
	9h – 10h	Palestra: As conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão – D. Maria Alaídes Alves de Sousa (Assema)	Catadoras, autoridades e técnicos.
06/11/2007		Mesa Redonda 1: O que dizem as pessoas e os dados sobre o extrativismo da mangaba? Conservação in situ dos recursos genéticos da mangabeira – Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros) Estratégias de reprodução social e tipologia das catadoras de mangaba – Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)	
	10h30min - 12h30min	Acessos, regras e conflitos no uso das mangabeiras – Heribert Schmitz (UFPA) O papel das mulheres na conservação dos remanescentes de mangabeira no Município de Barra dos Coqueiros, SE – Jane Velma dos Santos (Adema)	Catadoras, autoridades e técnicos.
		A problemática da terra e o extrativismo da mangaba – Emanuel Pereira Oliveira (Inkra) Conflitos socioambientais no extrativismo da mangaba no povoado Carro Quebrado no Município de Japoatã, SE – Nádia Batista de Jesus (UFS)	
	13h30min-17h30min	Trabalhos em grupo: Com a palavra, as catadoras	Catadoras e equipe de pesquisa

Data	Horário	Atividade	Participantes
07/11/2007	8h30 – 9h	Continuação dos Trabalhos em grupo	Catadoras e equipe de pesquisa
	10h - 12h30min	- Apresentação dos resultados dos trabalhos em grupo	Catadoras e equipe de pesquisa
	13h30min - 15h	Mesa Redonda 2: O que dizem as instituições sobre a problemática do extrativismo e das catadoras? Luís Carlos Fontenelle (Incra, SE) Francisco Cassundé (Sagri, SE)	Catadoras, representantes das instituições e técnicos
	15h15min - 17h	Encaminhamentos: Como organizar a ação para defesa dos modos de vida das catadoras?	Catadoras, representantes das instituições e técnicos
	17h - 17h30min	ENCERRAMENTO	Catadoras, representantes das instituições e técnicos

Anexo II – Relação dos catadores e catadoras participantes do evento

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Embrapa

Tabuleiros Costeiros
Amazônia Oriental

LISTA DE PRESEÇA

I ENCONTRO DAS CATADORAS DE MANGABA DE SERGIPE

Coordenador: Dalva Maria da Mota - Embrapa Amazônia Oriental e José Francisco da Silva Junior - Embrapa Tabuleiros Costeiros

Horário: 08h.30m às 12h e das 13h.30m às 19 h

Data: 07/11/2007

Local: Auditório da Embrapa Tabuleiros Costeiros - Aracaju - SE

N.º	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE/CPF	TELEFONE	ASSINATURA
1	ADELINA DOS SANTOS CRUZ	RG. 1.403.721		
2	ADEZINIA SANTANA LEITE	RG.3.005.312-2	(79)9942-7982	<i>x Adeline dos Santos</i>
3	ALICIA SANTANA SALVADOR	RG. 3.264.042-0	(79)9975-4419	<i>x Adeline dos Santos</i>
4	ANA MARIA SANTOS DE JESUS			<i>x Alicia Santana Salvador</i>
5	ANGELA MARIA DOS SANTOS RAMOS	RG. 1.174.315		<i>x Ana Maria dos Santos</i>
6	ASSILENE TAVARES DOS SANTOS	RG. 896.009	(79)9928-3478	<i>x Angela Maria dos Santos Ramos</i>
7	BÁTIMATE CARVALHO DE SANTANA	RG. 6.457.591		<i>x Assilene Tavares dos Santos</i>
8	CLAUDIA SANTOS NASCIMENTO	RG. 1.504.617/SE		<i>x Bárimate Carvalho de Santana</i>
9	CLEIDE REIS SANTOS			<i>x Claudia Santos Nascimento</i>
10	DELMA DOS SANTOS SALVADOR	RG. 3.041.351-6		<i>x Cleide Reis Santos</i>
11	EDILMA ALVES MOURA			
12	EDINALVA TAVARES DOS SANTOS	RG. 1.196.943	(79)9925-3238	<i>x Edilma Alves Moura</i>
13	EDIVANIA MORAIS DOS SANTOS	RG. 2.044.220-3		<i>x Edinalva Tavares dos Santos</i>
14	EDMUNDO MORAES DOS SANTOS	RG. 3.150.129-0		<i>x Edivania Moraes dos Santos</i>
15	EDNALVA DE JESUS			<i>x Edmundo Moraes dos Santos</i>
16	EDSON DE JESUS DOS SANTOS	RG. 1.502.070	(79)3543-6031	<i>x Ednalva de Jesus</i>
17	ELCILENE SANTOS DA CRUZ	041.078.155-01		<i>x Edson de Jesus dos Santos</i>
18	ELIANE SEVERINO DOS SANTOS	RG. 07.747.776-8		<i>x Eliclene Santos da Cruz</i>
19	ELIENE DE JESUS ROCHA			<i>x Eliane Severino dos Santos</i>
20	ELINETE VIEIRA	RG. 2.163.041-0	(79)9944-2755	<i>x Eliene de Jesus Rocha</i>
21	ELZENE MARIA DOS SANTOS		Supr	<i>x Elinete Vieira</i>
22	ENEDINA VIEIRA	RG. 946.645	(79)9946-9527	<i>x Elzene Maria dos Santos</i>

I ENCONTRO DAS CATADORAS DE MANGABA DE SERGIPE - 06 e 07 de novembro de 2007

N.º	NOME LEGÍVEL	IDENTIDADE/CPF	TELEFONE	ASSINATURA
23	GILVADETE MARIA DOS SANTOS	RG. 211.174		
24	GLEIDE SELMA SANTOS	RG. 1.087.650		<i>Gleide Selma Santos</i>
25	IRACEMA DOS SANTOS TAVARES	RG. 3.372.137-8		<i>Iracema Santos</i>
26	IRACI SILVA SANTOS	RG. 2.127.232-8/SE		<i>Iraci Silva Santos</i>
27	IRENE DOS SANTOS	RG. 724.478-9/SE		<i>Irene dos Santos</i>
28	IVANETE SANTOS NASCIMENTO	RG. 755.003		<i>Ivanete Santos Nascimento</i>
29	IVANICE MARTINS DOS SANTOS	RG. 1.163.894		<i>Ivanice Martins dos Santos</i>
30	IZABEL CRISTINA C. DA SILVA	RG. 1.101.701		<i>Izabel Cristina C. da Silva</i>
31	JOANINHA GOMES DOS SANTOS	RG. 2.045.454	(79)8105-5968/3543-1521	<i>Joaninha Gomes dos Santos</i>
32	JOELMA SANTOS	RG. 1.458.367	(79)9925-3238	<i>Joelma Santos</i>
33	JOSÉ RIVALDO DOS SANTOS	RG. 1.093.281		<i>José Rivaldo dos Santos</i>
34	JOSEFA DA CONCEIÇÃO	RG. 2.044.154-1		<i>Josefa da Conceição</i>
35	JOSEFINA DOS SANTOS	RG. 2.147.665-9	(79)9976-5309	<i>Josefina dos Santos</i>
36	JULIANA MARIA DOS SANTOS	RG. 3.195.791-0		<i>Juliana Maria dos Santos</i>
37	KATIA REJANE SANTOS LIMA	RG. 953.694		<i>Katia Rejane Santos Lima</i>
38	LAUDICEIA DOS SANTOS RAMOS	RG. 1.654.371		<i>Laudiceia dos Santos Ramos</i>
39	LIONETE DA CONCEIÇÃO SANTOS	RG. 3.150.122-2		<i>Lionete da Conceição Santos</i>
40	MANOEL MISSIAS DA CONCEIÇÃO SANTOS	RG. 1.444.645		<i>Manoel Missias da Conceição Santos</i>
41	MARIA ANGELITA SEVERINO DOS SANTOS	RG. 1.503.754/SE		<i>Maria Angelita Severino dos Santos</i>
42	MARIA APARECIDA BISPO	RG. 1.381.332		<i>Maria Aparecida Bispo</i>
43	MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS	RG. 986.385/SE		<i>Maria da Glória dos Santos</i>
44	MARIA DAS DORES DOS SANTOS			<i>Maria das Dores dos Santos</i>
45	MARIA DAS GRAÇAS ELVIRA P. SANTOS	RG. 2.015.087-4		<i>Maria das Graças Elvira P. Santos</i>
46	MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO SANTOS	RG. 1.494.877		<i>Maria de Jesus da Conceição Santos</i>
47	MARIA DE LOURDES JERONIMO			<i>Maria de Lourdes Jeronimo</i>
48	MARIA DE LOURDES SANTOS			<i>Maria de Lourdes Santos</i>
49	MARIA DO CARMO SANTOS			<i>Maria do Carmo Santos</i>
50	MARIA DO CARMO VIEIRA SANTOS			<i>Maria do Carmo Vieira Santos</i>
51	MARIA DOMINGAS DA ANUNCIAÇÃO	RG. 1.167.031		<i>Maria Domingas da Anunciação</i>
52	MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO	RG. 504.816/SE		<i>Maria dos Santos Nascimento</i>
53	MARIA EDILEUZA MOURA DOS SANTOS	RG. 1.186.038	(79)9973-5190	<i>Maria Edileuza Moura dos Santos</i>
54	MARIA ELINEIDE MOURA DOS SANTOS	RG. 3.036.274-1	(79)9976-9814	<i>Maria Elineide Moura dos Santos</i>
55	MARIA EMÍLIA DOS SANTOS BARBOSA			<i>Maria Emília dos Santos Barbosa</i>
56	MARIA EVANGELISTA DA CRUZ	S/DOCUMENTO		<i>Maria Evangelista da Cruz</i>
57	MARIA FLORACI CARDOSO RAMOS CHAIA	RG. 936.053		<i>Maria Floraci Cardoso Ramos Chaiá</i>

Anexo III – Membros da comissão do movimento das catadoras de mangaba de Sergipe

Alicia Santana Salvador (Indiaroba)
Rua da Mangabeira, s/n
Povoado do Pontal
49250-000 – Indiaroba – SE
Fone: (79) 9975-4419
(Representante das Catadoras)

Maria Domingas da Anunciação –
Ninha (Pirambu)
Rua Tâmara Souza, s/n
Povoado Alagamar - 49190-000 – Pi-
rambu – SE. Fone: (79) 3276-5023
(telefone público)
(Suplente Representante das Catadoras)

Adenízia Santana Leite (Itaporanga
d'Ajuda)
Rua Itaporanga, 43 – Praia da Caueira
49120-000 – Itaporanga d'Ajuda – SE
Fone: (79) 9942-7982

Edilma Alves Moura – Gôida (Barra
dos Coqueiros)
Povoado Capuã, s/n
49140-000 - Barra dos Coqueiros – SE
Fone: (79) 9906-8672

Fernando Fleury Curado (Embrapa
Tabuleiros Costeiros)
Av. Beira Mar, 3250 – Praia 13 de julho
49025-040 – Aracaju – SE
Fones: (79) 4009-1300/ 8107-9599
E-mail: fcurado@cpatc.embrapa.br

Jane Velma dos Santos (Adema)
Rua S, 38 – Conjunto Prisco Viana
49140-000 – Barra dos Coqueiros – SE
Fones: (79) 3262-1956/9978-7177
E-mail: velma@infonet.com.br
(Representante das Instituições)

Nádia Batista de Jesus (UFS)
Estrada da Jabotiana, 20. Cond. Vila
Velha, Bloco 14, apt. 303 – Jabotiana
- 49095-500 – Aracaju – SE Fone: (79)
9999-3715
E-mail: njesus331@yahoo.com.br
(Suplente Representante das Instituições)

Dalva Maria Mota (Embrapa Amazô-
nia Oriental)
Travessa Dr. Enéas Pinheiro, s/n – Marco
66095-100 – Belém – PA
Fone: (91) 3204-1001
E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br

Emanuel Pereira Oliveira (Incra/SE)
Av. Coelho e Campos, 1300 – Getúlio
Vargas – 49060-000 – Aracaju – SE
Fones: (79) 4009-1511/9949-3221
E-mail: moabop@uol.com.br

Heribert Schmitz (UFPA)
Travessa Breves, 1182 apt. 803 – Ju-
runas
66030-140 – Belém – PA
Fone: (91) 3225-4336
E-mail: heri@amazon.com.br

Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros/UEP Recife)
Rua Antônio Falcão, 402 – Boa Viagem
51020-240 - Recife – PE
Fones: (81) 3325-5988/9661-1569
E-mail: josue@cpatc.embrapa.br

Maria Floraci Cardoso Ramos Chagas – Iza (Japoatã)
Povoado Carro Quebrado
49950-000 - Japoatã – SE
Fone: (79) 9968-0642

Maria Edileuza Moura dos Santos (Japaratuba)
Povoado Porteiros - 49960-000 - Japaratuba - SE.
Fone: (79) 3272-6039 (telefone público)/9973-5990

Raquel Fernandes Rodrigues (Embrapa Tabuleiros Costeiros)
Av. Beira-Mar, 3250 – Praia 13 de Julho
49025-040 – Aracaju – SE
Fones: (79) 4009-1316/9977-6195
E-mail: raquel@cpatc.embrapa.br

Anexo IV – Fotos do evento





Autoria das fotos: Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues, Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros), Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental) e Heribert Schmitz (UFPA).

Anexo V – Comissão organizadora do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe

Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental) – Coordenadora

Josué Francisco da Silva Júnior (Embrapa Tabuleiros Costeiros) – Vice-coordenador

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues (Embrapa Tabuleiros Costeiros) – Secretária-Executiva

Heribert Schmitz (Universidade Federal do Pará – UFPA)

Emanuel Pereira Oliveira (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra-SE)

Jane Velma dos Santos (Administração Estadual de Meio Ambiente – Adema)

Nádia Batista de Jesus (Universidade Federal de Sergipe – UFS)

Embrapa

Amazônia Oriental

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



CGPE 6776